




ARTIGO

BIBLIOTECA PRISIONAL E REINSERÇÃO SOCIAL: o olhar das internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa

PRISON LIBRARY AND SOCIAL REINSERTION: the look of the internal of Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa

Francisca Liliana Martins de Sousa¹ 

Virgínia Bentes Pinto² 

¹ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).


E-mail: liliana-martins2011@hotmail.com

² Professora Titular do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Sciences de L'information et de la Communication (SIC), pela Université Sthedal Grenoble, França.

E-mail: vbentes@ufc.br



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

Conflito de interesses: As autoras declaram que não há conflito de interesses.

Financiamento: Não há.

Declaração de Disponibilidade dos dados: Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 20/11/2018.

Aceito em: 13/12/2018.

Revisado em: 13/12/2018.

Como citar este artigo:

SOUSA, Francisca Liliana Martins de; BENTES PINTO, Virgínia. Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. **Informação em**

Pauta, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 31-49, jul./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v3i2.2018.39672.31-49>.

RESUMO

Discorre sobre a atuação da biblioteca prisional do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF), considerando a possibilidade de que a biblioteca contribua para a reinserção social do indivíduo encarcerado. O objetivo da pesquisa é verificar como a biblioteca prisional do IPF atua em prol da reinserção social das internas. Trata-se de uma pesquisa exploratória, pautada em um levantamento bibliográfico da temática abordada, e de cunho qualitativo, adotando-se a metodologia da sociopoética para o estudo empírico e análise dos dados. Os resultados apontam que a atuação da biblioteca no IPF efetiva-se por meio do projeto de leitura 'Livro Aberto'. Os discursos verbais e não verbais das detentas evidenciam a sua condição de privação da liberdade e o desejo de retorno à sociedade. Também ficou evidente a insatisfação por não terem acesso ao espaço da biblioteca bem como o desejo da presença de um profissional especializado. Concluímos que a atuação da biblioteca é deficitária e apresenta lacunas, principalmente na formação de leitores. Apesar das dificuldades enfrentadas, a biblioteca é percebida pelas internas, de maneira geral, como um instrumento que favorece a reinserção social.

Palavras-chave: Biblioteca prisional. Reinserção social. Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. Sociopoética.

ABSTRACT

It discusses the work of the prison library of the Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa (IPF), considering the possibility that the library contributes to the social reinsertion of the incarcerated individual. The objective of the research is to verify how the prison library of the Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa acts in favor of the social reintegration of the inmates. This is an exploratory research, based on a bibliographical survey of the subject and qualitative approach, adopting the methodology of Sociopoetics for empirical study and data analysis. The results indicate that the performance of the library in the IPF, if effective through the reading project "Open Book". The

verbal and non-verbal discourses of the detainees show their condition of deprivation of freedom and the desire to return to society. It was also evident the dissatisfaction with not having access to the library space, as well as the desire for the presence of a specialized professional. It is concluded that the performance of the library is deficient presenting gaps, mainly in training of readers. However, despite the difficulties faced, in general the library is perceived by the inmates as an instrument that favors social reintegration.

Keywords: Prison library. Social reinsertion. Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. Sociopoetics.

1 INTRODUÇÃO

A historiografia das bibliotecas avança conforme a própria evolução da humanidade. Assim, pouco a pouco, a biblioteca, antes percebida como conceito unívoco, ganha predicação conforme o seu alcance. Desse modo, têm-se bibliotecas nacionais, públicas, universitárias escolares, comunitárias e, mais recentemente, no contexto brasileiro, as bibliotecas prisionais.

A biblioteca prisional, no Brasil, é um instrumento garantido à população carcerária pela Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210/1984 que versa sobre o restabelecimento dos direitos civis dos apenados e sua readaptação à vida social e assegura que todos os estabelecimentos penais serão providos de uma biblioteca (BRASIL, 1984). Portanto, a implementação de bibliotecas no cárcere é um direito legal inerente a todos os apenados. Contudo, fazendo-se a leitura dos levantamentos penitenciários, constata-se que poucos estabelecimentos penais brasileiros dispõem deste equipamento. A Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP) aponta que somente 33% das instituições penais no Brasil possuem biblioteca (CBBP, 2017).

O descumprimento do que determina a LEP impossibilita o acesso dos indivíduos encarcerados a esse importante equipamento cultural que poderia contribuir significativamente para a melhoria de sua condição no cárcere por promover o acesso à informação e favorecer o seu desenvolvimento educacional e social. As bibliotecas nas

prisões são instrumentos que desempenham um relevante papel em prol da reinserção social dos encarcerados (CHACÓN ALVORADO, 1993).

No Brasil, são raros os estabelecimentos prisionais que dispõem de bibliotecas e, mesmo nos casos afirmativos, sua atuação é limitada pela falta de condições necessárias para seu funcionamento, seja pelas condições físicas ou por falta de profissional capacitado (TRINDADE, 2009). A presença do bibliotecário nesses espaços ainda é incipiente, motivo que compromete as ações de leitura desenvolvidas pela biblioteca no cárcere, tendo em vista a imprescindibilidade deste profissional para que haja efetiva atuação da biblioteca nesse ambiente.

Isto posto, considerando que a biblioteca prisional, quando supridas as condições necessárias para sua atuação, pode favorecer a reinserção social dos indivíduos privados de liberdade, surge, então, a questão norteadora deste trabalho: como as internas do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa percebem as ações da biblioteca em prol de sua reinserção social?

Com base nessa questão, definimos como objetivo geral analisar a efetivação das ações da biblioteca prisional do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa (IPF) tendo em vista a reinserção social das internas. Os objetivos específicos são: identificar as ações implementadas pela biblioteca nessa unidade prisional e colher impressões das internas sobre o papel deste equipamento para a sua reinserção social.

2 BIBLIOTECA PRISIONAL NO BRASIL

A garantia de implantação de biblioteca nos estabelecimentos prisionais brasileiros não é recente. Surgiu no ano de 1984 em decorrência da aprovação da LEP nº 7.210, que especifica em seu art. 11, seção IV – que trata dos direitos educacionais inerentes aos sujeitos reclusos – a garantia de instauração de biblioteca. Segundo o disposto nessa Lei, “[...] em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos” (BRASIL, 1984). Apesar de assegurado, poucos estabelecimentos prisionais brasileiros garantem esse direito à população carcerária, descumprindo, dessa forma, a lei e cerceando o direito dos indivíduos de usufruírem das benesses facultadas pelo acesso a esse equipamento cultural.

Ao implementar bibliotecas no sistema prisional, visa-se contribuir para a reinserção social do indivíduo encarcerado, além de promover a humanização dos referidos espaços. Como afirmam Silva Neto e Leite (2010, p. 7), “[...] a biblioteca nos presídios tem como proposta a tentativa de reintegração social dos detentos através de atividades por ela desenvolvidas no espaço prisional”, possibilitando aos indivíduos em privação de liberdade o acesso à educação e à leitura já garantido por lei.

A necessidade de um tratamento mais humano e o entendimento de que os encarcerados retornarão à sociedade, mais cedo ou mais tarde, têm provocado, mesmo que de maneira lenta e tardia, mudanças no sistema prisional, dentre as quais destacam-se a inclusão de biblioteca nesse cenário como instrumento capaz de contribuir para o bem-estar dos indivíduos presos, favorecendo o desenvolvimento de diversos aspectos desses sujeitos. “Através do acesso à informação em bibliotecas, vários aspectos podem ser desenvolvidos: o afetivo, o cognitivo, o lúdico e o intelectual”, como bem ressalta (MAGNUS, 2012, p. 17). Portanto, ao dispor de bibliotecas que proporcionem efetivamente o acesso à informação, a população carcerária poderá fortalecer habilidades como reconhecer seus direitos e deveres, ampliar os conhecimentos e despertar o gosto pela leitura.

Para isso, é essencial que estas bibliotecas sejam concebidas mediante as condições necessárias para o seu efetivo funcionamento. A *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias – realizou trabalhos que instituem diretrizes a serem seguidas para a implementação de bibliotecas prisionais. Tais diretrizes foram dispostas em dois trabalhos denominados *Guidelines for library services to prisoners* (1995) e *Guidelines for prison libraries* (1997), revelando que não basta criar um espaço com livros, mas, para a constituição da verdadeira biblioteca em unidade prisional, é necessário que sejam seguidas diretrizes básicas para seu funcionamento. Nessa perspectiva, Lemos (2005, p. 101) discorre:

Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação [...].

Sem essas condições, a biblioteca seguramente não conseguirá desempenhar todo o seu potencial tendo em vista produzir os resultados almejados em sua concepção.

Para Trindade (2009), as bibliotecas instaladas em estabelecimentos prisionais “[...] exercem uma função social de grande importância no processo de ressocialização do preso, contribuindo para a efetividade de políticas de educação, reabilitação e utilização construtiva do tempo”. É necessário pensar nos detentos além dos muros a que estão submetidos por determinado momento, mas, principalmente, no seu retorno à sociedade liberta.

A LEP que assegura o estabelecimento de bibliotecas nas instituições prisionais é vaga em sua determinação por não fornecer as diretrizes para seu funcionamento. Consequentemente, acarreta, na maioria das vezes, um funcionamento inadequado naqueles estabelecimentos que dispõem de bibliotecas. Como revela Moura (2016, p. 27):

[...] apesar da dificuldade em encontrar bibliotecas ou espaços de leitura dentro dos presídios brasileiros, esses ambientes existem e podem ser encontrados, apesar de, muitas vezes, apresentarem espaços inadequados para os serviços propostos pela biblioteca.

Compreendemos, portanto, que não basta criar um espaço com livros de forma improvisada e ‘cumprir’ ineficazmente o que a lei determina.

É visível a falta de estrutura dos presídios brasileiros, o que pode ser ilustrado principalmente pela superlotação, fato que gera dificuldade em suprir a população encarcerada de elementos básicos à sobrevivência no cárcere, como, por exemplo, local adequado para dormir, banheiros com estrutura mínima de uso, itens de higiene pessoal – como absorvente, no caso das penitenciárias femininas etc. Diante da realidade enfrentada no sistema carcerário brasileiro, a biblioteca pode atuar para minimizar os efeitos desta situação. Trindade (2009, p. 48) diz que as bibliotecas devem ser vistas “[...] não apenas como serviço de distribuição de livros e de conselhos”, mas devem tornar-se “[...] locais de cultura e de apoio à formação. [...]”, atuando como instrumento pedagógico capaz de favorecer a reinserção social.

3 O INSTITUTO PENAL FEMININO DESEMBARGADORA AURI MOURA COSTA: biblioteca Marieta Calls

O Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF) foi instalado em 1974 no antigo prédio da Congregação do Bom Pastor no centro de Fortaleza-CE. Vinte e seis anos depois, em outubro de 2000, foi transferido para a cidade de Aquiraz –

integrante da Região Metropolitana de Fortaleza –, localizando-se na Br. 116, km 27. Inicialmente, havia capacidade para abrigar 134 internas, com a ampliação realizada em 2005, a unidade prisional ampliou sua capacidade para 374 internas. Entretanto, segundo dados da Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará (Sejus), em dezembro de 2017, a referida penitenciária abrigava um total de 914 internas. Percebemos que, assim como outros estabelecimentos penais brasileiros, o IPF concentra um contingente de internas muito além da capacidade estabelecida, precisamente, um excedente de 144%.

O IPF tem características particulares: é o único presídio feminino no Estado do Ceará e concentra prisioneiras oriundas de diversas facções rivais em suas dependências. Tal fato, exige atenção redobrada, visto que elas não podem ocupar o mesmo espaço de convivência e muito menos participarem de qualquer atividade educacional e recreativa conjuntamente.

Em 2009, foi inaugurada no referido instituto a biblioteca Marieta Cals, com acervo inicial de dois mil títulos, sendo mil deles doados pela Sejus e a outra metade doada por empresas e entidades da sociedade civil. O acervo é composto por romances, contos, poesias, quadrinhos, enciclopédias, catálogos fotográficos, diversos títulos de direito e obras clássicas. Tal ação vem ao encontro do prescrito no art. 21 da LEP, ao afirmar que cada estabelecimento prisional brasileiro será dotado de uma biblioteca, munida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984).

No intuito de dinamizar e diversificar o acervo, a Sejus realiza campanhas de doações cujos livros recebidos são previamente selecionados para, então, serem incorporados ao acervo. O IPF foi pioneiro em implantar biblioteca carcerária no Ceará, particularmente na Capital, prática que vem sendo adotada paulatinamente em outras unidades prisionais do Estado.

A biblioteca do IPF, instalada na mesma ala das salas de aulas, ocupa o espaço de uma cela com baixa luminosidade e não dispõe de sistema de gerenciamento de acervo. O acesso das internas ao local não é permitido e os empréstimos são registrados no caderno pela interna responsável por aquele setor.

Dentro das ações desenvolvidas pela unidade prisional, encontra-se o projeto 'Livro Aberto'. Pelo estudo empírico e leitura de fontes documentais divulgadas no sítio da Sejus, constatamos que, em 2014, esse projeto foi criado com o objetivo de incentivar a leitura nos presídios cearenses e favorecer a reinserção social dos indivíduos privados de liberdade.

Verificamos que o projeto 'Livro Aberto' foi implementado a partir da aprovação da Lei nº 15.718/14 pela Assembleia Legislativa do Ceará que instituiu a remição da pena pela leitura nos estabelecimentos penais cearenses. Amparada pela referida lei, a Sejus desenvolveu o projeto 'Livro Aberto' com o objetivo de apoiar a remição nas unidades penais cearenses. Vale salientar que o direito de acesso aos livros do projeto 'Livro Aberto' é extensivo a todas as detentas do IPF, independentemente de estarem cadastradas ou não no programa de remição de pena.

O projeto visa beneficiar, principalmente, as internas que já foram julgadas e não se acham amparadas pela lei da remição pela educação, ou seja, aquelas não inseridas na educação formal oferecida no estabelecimento penal. Aproximadamente 70% das vagas do respectivo projeto são preferencialmente destinadas às internas que não estudam na prisão, informação obtida *in loco* pela agente penitenciária responsável pela ala da biblioteca. Contudo, isso não inviabiliza que internas ainda não julgadas ou que frequentam a escola da prisão participe do projeto de leitura.

O projeto veio facilitar, basicamente, a distribuição dos livros dentro da unidade prisional. À biblioteca, destina-se a função de acomodar o acervo em seu interior, ao passo que ao projeto 'Livro Aberto' cabe a atribuição de viabilizar o acesso das internas aos livros. A biblioteca não se constitui, portanto, em um espaço de leitura que possa ser frequentado pelas mulheres encarceradas. Sendo assim, a sistemática de distribuição dos livros ocorre da seguinte forma: a interna responsável pela tarefa recolhe os livros das estantes da biblioteca, coloca-os em um carrinho e o conduz à porta das salas de aula e às galerias onde ficam as internas.

Tal projeto nasce com a ideia de possibilitar a remição pela leitura. O dicionário Houaiss (2009) atribui ao verbete 'remição' os seguintes significados: ato ou efeito de remir-se; deriva-se do verbo 'remir' que significa resgatar, compensar, obter a reabilitação. Assim, no contexto penal, a remição pela leitura representa o resgate de alguns dias do tempo total da pena, ato este decorrente da prática da leitura na prisão.

No Brasil, o projeto de remição da pena através da leitura nas penitenciárias federais foi instituído e regulamentado pela portaria conjunta JF/DEPEN nº 276/2012. Um ano depois, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Recomendação nº 44 que alude às atividades educacionais e complementares voltadas para definir critérios para a remição pela leitura. Apesar disso, o projeto não é aplicado em todos os estados, ficando restrito a alguns estabelecimentos prisionais.

A remição pela leitura está fundamentada no direito à educação e tem por objetivo valorizar o aprendizado pessoal. O projeto apresenta-se da seguinte forma: internas e internos alfabetizados produzem um resumo ou uma resenha de um livro que foi selecionado para fazer parte do projeto. A opção de resumo é para interna(o)s que possuem até o ensino fundamental e a resenha para os que possuem ensino médio ou superior.

A implementação da remição pela leitura nos estabelecimentos prisionais brasileiros está sujeita à decisão dos respectivos Estados. No Ceará, a remição pela leitura foi aprovada em 2014 pela Assembleia Legislativa do Estado, resultando na Lei estadual nº 15.718/14, que define as regras para a efetivação da remição pela leitura nos estabelecimentos prisionais cearenses.

Ao efetivar a remição pela leitura no Ceará, a dinâmica é a seguinte: a cada livro resumido ou resenhado no prazo de 21 a 30 dias corridos, obtendo-se nota igual ou superior a seis, o encarcerado reduz quatro dias da pena a ser cumprida. A avaliação dos trabalhos apresentados fica a cargo de uma comissão formada por integrantes da Sejus e da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc).

Desse modo, no íterim de um ano é possível reduzir um total de 48 dias da pena, quantitativo máximo que pode ser obtido pelos prisioneiros caso atinjam o critério da nota estabelecida e produzam um trabalho a cada mês.

A remição no sistema prisional brasileiro, seja ela pelo trabalho, educação ou pela leitura, intenciona a promoção de atividades que contribuam para a reinserção social do sentenciado bem como o acesso da população carcerária à educação, à qualificação e a novos conhecimentos que poderão contribuir para coibir o cometimento de outros delitos ao retornar ao convívio social.

4 METODOLOGIA

Em que concerne às etapas, a pesquisa teve início com um estudo bibliográfico sobre a temática abordada e norteada por registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores.

Quanto à natureza do estudo, podemos caracterizá-lo como exploratório, de abordagem qualitativa pautado na sociopoética. A sociopoética visa à construção partilhada do conhecimento, em que o pesquisador tem a função de facilitador na

realização da pesquisa, foi desenvolvida pelo filósofo francês Jacques Gauthier, tomando-se por base a ‘pedagogia do oprimido’ de Paulo Freire. Em consonância, foi utilizada a observação *in loco* de forma a complementar a sociopoética no procedimento investigativo dessa pesquisa.

Para Gauthier (2004), a sociopoética é “uma autoanálise coletiva, facilitada por pessoas praticando dispositivos e técnicas apropriadas”, e, a partir das percepções e reflexões, são obtidas as respostas para os questionamentos. A abordagem sociopoética desenvolve-se da seguinte forma:

1ª Negociação para constituição do grupo e definição do tema gerador;

2ª Realização de oficinas com os copesquisadores para produção coletiva, poética e artística do conhecimento, das informações e das experiências;

3ª Análise da produção constituída na realização da oficina com o intuito de desvendar as estruturas escondidas no pensamento do grupo pesquisado.

No tocante à coleta de dados, utilizamos a técnica derivada da ‘Vivência dos Lugares Geomíticos’, criada por Gauthier, em que os entendimentos das copesquisadoras são materializados mediante a oralidade, desenhos ou escrita, haja vista os diversos lugares sugeridos pelo autor. A dinâmica foi denominada ‘Percebendo a biblioteca no IPF’. Nela, as copesquisadoras teriam que se expressar através da escrita ou do desenho, revelando, assim, suas percepções e sentimentos.

Com o intuito de subsidiar o entendimento da dinâmica pelas copesquisadoras, foi apresentado o respectivo quadro abaixo.

Quadro 1 – Lugares da natureza (geomíticos) e suas representações no IPF.

A ponte	Seria um lugar de ligação entre o cárcere e a liberdade, a saída, a biblioteca percebida como uma oportunidade de chegar a um lugar diferente.
A gruta	Representa algo escuro onde tudo parece sem saída e onde não se encontra condições para melhorias.
O poço	Seria o medo, as incertezas, a falta de perspectiva para retornar à sociedade, lugar que não oferece resposta para suas necessidades.
O caminho	É um lugar de escolha, alternativa que pode mudar sua direção e lhe conduzir a outro lugar, uma oportunidade de busca pela liberdade.
O cume	Seria a expectativa de um futuro melhor, lugar que possibilita a realização de sonhos, a oportunidade de recomeço.

Fonte: Adaptado, pela autora, da tabela de Gauthier, 1999.

As copesquisadoras foram as internas que utilizam a biblioteca ou participam do projeto de leitura do IPF. Devido à grande discrepância no quantitativo de internas que satisfaça essa condição, foram selecionadas 12 internas pela coordenação da unidade prisional. Na análise dos dados as internas foram denominadas pelo termo ‘copesquisadora’ ou pela letra (C) seguida de um número que varia de 1 (um) a 12 (doze).

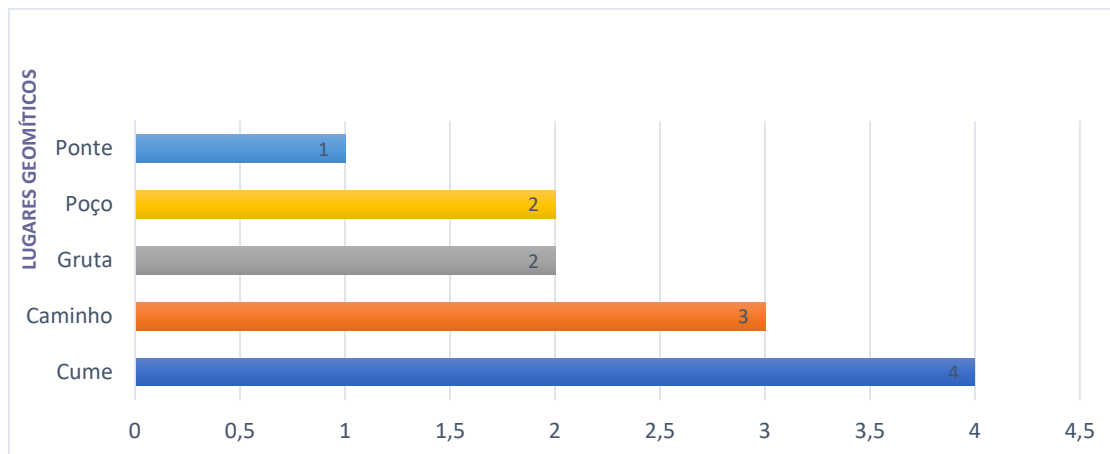
5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Por intermédio da vivência sociopoética e das observações efetuadas no local de pesquisa, constatamos que o espaço físico reservado à instalação da biblioteca do IPF serve, primordialmente, para a guarda dos livros, visto não poder ser utilizado pelas internas, e a articulação para promover a leitura ocorre por meio do projeto ‘Livro Aberto’ desenvolvido no local.

Deste modo, a biblioteca e o respectivo projeto de leitura são indissociáveis, visto que, sem o carrinho de livros circulando nas dependências da unidade prisional, os exemplares não chegariam às internas. Essa sistemática de circulação dos livros no cárcere visa amplamente subsidiar a remição da pena por intermédio da leitura, ou seja, fazer com que a obra seja lida, resenhada ou resumida, não havendo, portanto, atividades que favoreçam à formação do leitor ou que incentivem plenamente a leitura recreativa.

É inegável o benefício que a remição da pena pela leitura promove aos indivíduos encarcerados, visto que oportuniza seu retorno ao convívio social. Por outro lado, a observação *in loco* comprovou que menos de 10% da população carcerária da unidade prisional participam do projeto de remição pela leitura.

Durante a vivência com as internas, na oficina ‘Percebendo a biblioteca no IPF’, foi explicado que elas deveriam expressar por meio de desenhos ou da escrita o lugar que simboliza a posição delas em relação à biblioteca, com base nos cinco lugares apresentados: **ponte, gruta, poço, caminho e cume**, em conformidade com o quadro exposto na metodologia. No gráfico 1 expomos os resultados:

Gráfico 1–Onde você se encontra em relação à biblioteca do IPF.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

De acordo com os dados obtidos, observamos que todos os cinco lugares foram citados pelo grupo copesquisador, revelando diversidades de olhares sobre a biblioteca.

Dos cinco lugares apresentados, o ‘cume’ foi considerado o mais representativo para elas por ter sido escolhido por 33,5% do grupo copesquisador. Essa representação pode significar que o ‘cume’, apesar de íngreme, possibilita vislumbrar novos horizontes, e que a biblioteca, apesar das inadequações de funcionamento, é percebida, para quem está no cárcere, como uma alternativa para a conquista da liberdade, de retorno ao convívio social, aspecto que foi destacado por 4 (quatro) das copesquisadoras em suas justificativas de escolha do referido espaço:

“Eu estou no **cume**, é onde eu posso chegar aqui dentro, né? A biblioteca ajuda a fazer novas descobertas.” (C1).

“Eu escolhi o **cume**, pois a biblioteca deixa a mente da gente ocupada.” (C5).

“Eu estou no **cume**, pois a biblioteca ajuda na busca de melhoria.” (C6).

“Eu estou no **cume**. Acho que a biblioteca ajuda a chegar onde eu quero, a liberdade.” (C11).

As justificativas evidenciam que a concepção das internas em relação à biblioteca está relacionada a diversas alternativas, revelando a sua importância no ambiente carcerário. Vindo ao encontro dessa compreensão, Trindade (2009, p. 47) defende que “[...] a biblioteca prisional adquire relevância no espaço penitenciário, [...] abrindo, com isso, uma janela para mundo exterior”. Essa perspectiva de liberdade suscitada por essa

instituição pode ser percebida nas justificativas das copesquisadoras para a escolha do ‘cume’ como lugar representativo da biblioteca.

O ‘caminho’ foi o segundo lugar escolhido para representar onde as copesquisadoras se posicionam em relação à biblioteca no IPF. Consideramos que essa escolha ocorre pelo fato de o ‘caminho’ vislumbrar uma saída, ainda que a caminhada seja longa e difícil. Mesmo que haja obstáculos a serem vencidos, o ‘caminho’ aponta uma possibilidade de encontrar um novo rumo ou de regressar para um lugar desejado, ou seja, proporciona uma direção para a liberdade. Destacamos, a seguir, as justificativas que foram explicitadas para tal escolha:

“Eu digo que estou no **caminho**. A biblioteca é um caminho para a liberdade, né?” (C7).

“Eu acho que estou no **caminho**. A biblioteca é lugar de aprendizado, né, não? É oportunidade de conhecimento.” (C10).

“Eu sinto que estou no **caminho**, pois a biblioteca é um caminho para conhecimento novo, né? É uma oportunidade de aprender mais.” (C12).

As justificativas apresentadas pelas copesquisadoras destacam o conhecimento e o aprendizado como o papel da biblioteca. Assim sendo, podemos inferir que, a partir dos novos conhecimentos adquiridos, a biblioteca abre caminhos para a liberdade.

Essa oportunidade de libertar-se do cárcere foi ressaltada nos desenhos das copesquisadoras 7 e 11, produzidos durante a oficina ‘Percebendo a biblioteca no IPF’. Tal percepção pode ser motivada pelo fato de ser inviável separar a ação da biblioteca do projeto de remição, que atuam em conjunto em prol da pretendida liberdade, retratada nos desenhos abaixo (figuras 1 e 2):

Figura 1 – Desenho apresentado pela copesquisadora 7.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Sobre a figura anterior, foi explicitado o seguinte:

“Esse desenho é uma biblioteca, e essas pessoas estão indo para lá. Elas estão livres e eu estou buscando essa liberdade.” (C7).

Ainda nessa perspectiva, apresentamos o desenho feito pela copesquisadora 11 (figura 2), em que, segundo ela, o ‘cume’ é o caminho que ela busca alcançar. Para a ela, o desenho tem a seguinte representação:

“Esse **caminho** e esse cume eu desenhei para dizer que estou buscando chegar aí. A leitura ajuda a gente a chegar nesse cume, que é a liberdade.” (C11).

Figura 2 – Desenho apresentado pela copesquisadora 11.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observamos que as duas copesquisadoras vislumbram a biblioteca como espaços de liberdade, que pode ser representada em dois sentidos: liberdade no que diz respeito ao retorno à sociedade, ou seja, a reinserção social, ou também no sentido de serem transportadas a outros espaços durante as leituras.

A biblioteca no cárcere, como instrumento que alicerça a liberdade, é destacada no desenho produzido pela copesquisadora 5 que declarou:

“Eu desenhei essa biblioteca e essa pessoa no **caminho** da liberdade, oportunidade que estou buscando aqui.” (C5).

Ela incute como faceta da biblioteca o papel de possibilitar um caminho para a liberdade, conforme a figura 3 a seguir:

Figura 3 – Desenho apresentado pela copesquisadora 5.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Examinado o desenho da figura 3, depreendemos que o caminho que leva à liberdade não é plano, mas com altos e baixos, o que pode representar a inconstância do ambiente carcerário. Na biblioteca existe uma chaminé que simbolicamente pode ser entendida como a chance de comunicação entre o cárcere e a sociedade liberta.

A ‘gruta’ foi o espaço escolhido por duas das copesquisadoras. Este lugar alude a um ambiente escuro, subterrâneo, que não lhes possibilita olhar para novos horizontes. A escolha das copesquisadoras pela ‘gruta’ representa a dificuldade que elas enfrentam quanto à compreensão das leituras, revelando um ponto falho da biblioteca na efetivação de suas ações. Essa perspectiva é confirmada pelas falas que explicam a escolha pelo lugar:

“Eu me sinto na gruta, pois falta profissional habilitado para exercer a função na biblioteca [...]”. (C2).

“Eu estou na gruta, pois acho que falta alguém que tome conta da biblioteca e explique as coisas a gente [...]”. (C3).

Além disso, a copesquisadora 3 ainda ressaltou as condições físicas da biblioteca ao expressar que “[...] o local é inadequado”. Essas questões levantadas pelas internas estão enfocadas nas análises de Trindade, ao evidenciar que nos estabelecimentos prisionais brasileiros as bibliotecas enfrentam a falta de estrutura física bem como de recursos humanos e bibliográficos (TRINDADE, 2009, p. 50).

Na vivência realizada, a copesquisadora 2 produziu um texto no qual ratifica sua percepção ao escolher a ‘gruta’ como representação para a biblioteca:

“Deveria mudar a explicação quando nos entrega o livro, pois, quando passa o carrinho, a moça que fica na biblioteca, que nem formada é, só sabe explicar que é para fazer um resumo. Eu acho isso muito errado, pois tinha que ter uma bibliotecária formada para nos explicar o que realmente tenho que fazer no dia da prova. O espaço também é muito importante, e eu acho que a leitura é, sim, importante, mas falta isso para melhorar.” (C2).

Diversos são os questionamentos apresentados pela copesquisadora, desde a presença de um profissional para gerir a biblioteca como a questão do espaço físico e a falta de entendimento quanto à realização da prova de remição, reafirmando, portanto, a escolha da ‘gruta’ como o lugar em que se encontra perante a biblioteca.

O ‘poço’ foi outro espaço escolhido por duas copesquisadoras na vivência para representar o lugar onde se encontravam em relação à biblioteca do IPF. Analisando subjetivamente a representação deste lugar, temos que o ‘poço’ pode significar um abismo e, dependendo da profundidade, torna-se um desafio cada vez mais difícil de ser superado. Seguem as justificativas para a escolha do ‘poço’:

“Eu considero que estou no **poço**, pois a biblioteca é apenas um lugar de livros. Temos que ler na cela. O carrinho passa nas alas e pegamos o livro.” (C8).

“Eu me considero no **poço**, pois não podemos usar o espaço, não existe espaço na biblioteca. Você já conheceu lá?” (C9).

Verificamos nas falas das copesquisadoras que o não uso do espaço da biblioteca pelas internas faz com que as mesmas considerem a inexistência do lugar. O ‘poço’, portanto, é a falta de estrutura física destacada pelas copesquisadoras.

Durante a oficina ‘Percebendo a biblioteca no IPF’, a copesquisadora 9 ainda teceu sua opinião sobre a atuação da biblioteca, escrevendo:

“Minha opinião é que falta um profissional na biblioteca do IPF para nós (*sic.*) estruir (*sic.*) na leitura e nos enformar (*sic.*) o que realmente representa o projeto porque colocão (*sic.*) uma própria interna pra trabalhar na biblioteca que não é formada, nen (*sic.*) profissional, e não tem nada pra nos ensinar.” (C9).

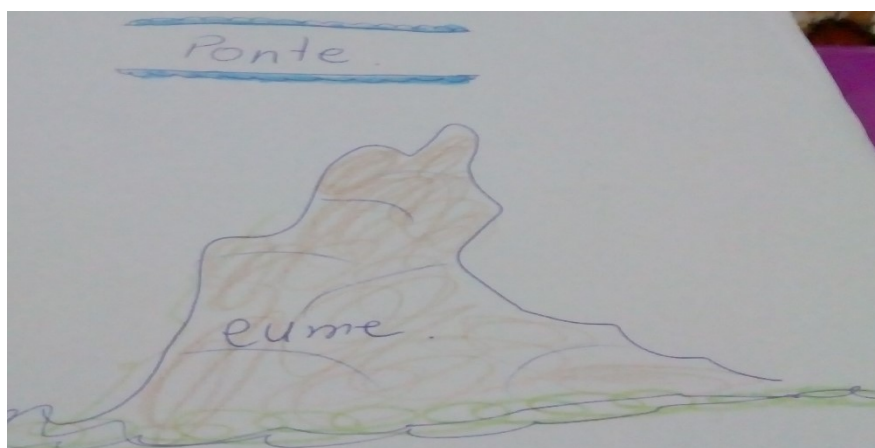
Constatamos, portanto, que a copesquisadora enfrenta dificuldade quanto à compreensão das leituras bem como quanto ao funcionamento do projeto de leitura. A falta de incentivo à leitura pode resultar no desinteresse em participar do programa de remição, por não possibilitar a realização a contento das atividades de forma a garantir a nota exigida para remição da pena.

A escolha do ‘poço’ demonstra que há lacunas quanto à atuação da biblioteca que precisam ser sanadas para que haja efetiva apropriação da leitura pelas internas. Ações

que possam incentivar o gosto pela leitura, não como obrigação para conseguir a remição da pena, porém, também, que as leituras produzam outros sentidos para o leitor encarcerado.

A 'ponte' foi a escolha da copesquisadora- 4- para revelar onde ela se encontrava em relação à biblioteca. A biblioteca, como a 'ponte', pode representar a ligação com a sociedade liberta, a perspectiva de retorno a essa sociedade, como pode ser verificado no desenho apresentado por esta copesquisadora, exposto na figura 4:

Figura 4 – Desenho apresentado pela copesquisadora 4.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ela ainda explicitou pelo texto verbal o seguinte:

“Eu fiz esse desenho para dizer que a biblioteca é uma ponte que faz a gente chegar ao cume, que é a liberdade.” (C4).

Assim, a biblioteca como 'ponte' pode favorecer o retorno ao convívio social, como frisaram Santa Anna; Gregório; Gerlin (2014) ao evidenciarem que a biblioteca, por meio de suas ações, pode contribuir para a ressocialização dos indivíduos encarcerados, além de favorecer o enfrentamento deste momento de transição em que se encontram as internas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constatamos que a biblioteca Marieta Cals atua em consonância com o projeto de leitura 'Livro Aberto' tendo em vista subsidiar a lei

estadual de remição pela leitura desenvolvida na unidade prisional. Destarte, não foi identificada nenhuma outra ação que promova integralmente o incentivo à leitura sem o intuito da remição. A biblioteca e o projeto 'Livro Aberto' são indissociáveis, já que as internas não têm acesso à biblioteca.

Quanto à análise da biblioteca do IPF favorecer a reinserção social, inferimos, com base nas percepções das internas, que há lacunas quanto à implementação de ações de leitura pela biblioteca prisional do IPF. Isso pode ser devido, por exemplo, à ausência de espaço adequado para a leitura, pois a cela é o local onde as internas realizam essa prática. Outro fator que pode influenciar é a falta de incentivo à leitura, ou mesmo a falta de suporte para as internas que precisam ser avaliadas pelo projeto de remição.

Ainda neste aspecto, consideramos, também, que a falta de profissional especializado para gerir a biblioteca dificulta as ações dessa organização no que concerne ao cumprimento dos objetivos do projeto. Acreditamos que, mesmo com todas as dificuldades evidenciadas nos achados da pesquisa, ainda foi possível perceber que a biblioteca continua sendo vista pelas internas como um instrumento que promove a reinserção social, pois elas creditaram a este ambiente o papel de promotor de novos conhecimentos, novos aprendizados e, principalmente, de instrumento que auxilia no alcance da liberdade.

Concluimos que, mesmo atuando sem as condições necessárias, a biblioteca prisional é percebida, de maneira geral, pelas internas como um dispositivo que contribui para a reinserção social. Contudo, entendemos que, se oferecidos os requisitos necessários ao fortalecimento dessa atuação, mais efetivas serão as contribuições da biblioteca no cenário carcerário.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Guidelines for library service to prisoners**. Chicago: Association of Especialized and Corporative Library agencies, 1995.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Guidelines for library service to prisoners**. 2. ed. rev. Londres: Library Association Publishing, 1997.

BRASIL. Justiça Federal, Departamento Penitenciário Nacional. Disciplina o projeto da remição pela leitura no sistema penitenciário federal. **Portaria nº 276**, de 20 de junho de 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/portaria-conjunta-jf-depen.pdf>. Acesso em: 06 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Diário Oficial [da] República Federativa**

do Brasil. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://goo.gl/S8BSGI>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 15.718, 26 de dezembro de 2014.** Institui o projeto de remição pela leitura nos estabelecimentos penais do Estado do Ceará. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-o-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4948-lei-n-15-718-de-26-12-14-d-o-06-01-15>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CHACÓN ALVARADO, Lúcia. Acceso a la información para los prisioneros. **Bibliotecas**, Costa Rica, v. 11, n. 1, p. 37-43, jan./jun., 1993. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/bibliotecas/article/view/783/713>. Acesso em: 10 dez. 2017.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS PRISIONAIS. **Comissão brasileira de bibliotecas prisionais.** 2017. Disponível em: <https://goo.gl/qYgEjh>. Acesso em: 10 dez. 2017.

GAUTHIER, Jacques Zanidê. A questão da metáfora, da referência e do sentido em pesquisas qualitativas: o aporte da Sociopoética. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 127-142, 2004.

GAUTHIER, Jacques Zanidê. **Sociopoética: encontro entre arte, ciência e democracia na pesquisa em ciências humanas e sociais, enfermagem e educação.** Rio de Janeiro: Escola Anna Nery/UFRJ, 1999.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO; Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JOHN, Valquíria Michela. Palavras que salvam: usos e representações sobre a mídia impressa na prisão. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación.** [S.], v. 9, n. 17, 2014.

LEMOS, Briquet de. Bibliotecas. *In*: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da

Terra. (Org.) **Introdução às fontes de informação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

LINDEMANN, Catia; SPUDEITT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 22, p. 707-723, 2016.

MAGNUS, Daniel Jesus Vieira. **Espaços de leitura como estratégia de (re)socialização de jovens que cumprem medidas socioeducativas na FASE/Porto Alegre.** 2012. 115 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MOURA, Leandro. **As representações da biblioteca prisional: o olhar do presidiário.** 2016. 55 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTA ANNA, Jorge; GREGÓRIO, Elaine; GERLIN, Meri Nadia. Atuação bibliotecária além da biblioteca: o espaço de leitura do hospital universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 77-88, jan./jun., 2014. Disponível em: http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/953/pdf_89. Acesso em: 10 ago. 2018.

SANTA ANNA, Jorge; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 67-85, 2015.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO CEARÁ. **Portal institucional.** 2017. Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/#site>. Acesso em: 10 set. 2018.

SILVA NETO, Eptacio Gomes; LEITE, Francisca das Chagas Dias. Bibliotecas

prisionais enquanto espaço para o acesso à informação e à cidadania. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande do Sul, v. 25, n. 1, p. 47-58, 2011.

TRINDADE, Leandro Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais**: conceitos, objetivos e

atribuições. 2009. 118 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf. Acesso em: 30 mar. 2018.